



10347592

08012.002865/2019-00


MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA - DFD
IDENTIFICAÇÃO DA ÁREA REQUISITANTE

UNIDADE REQUISITANTE	CGGP
SIGLA DA UNIDADE	CGGP/SAA/SE
RESPONSÁVEL PELA DEMANDA	JOSÉ DE ALBUQUERQUE NOGUEIRA FILHO
MATRÍCULA/SIAPE	1796031
E-MAIL	jose.albuquerque@mj.gov.br
TELEFONE	2025-3892

1. ESTÁ PREVISTO NO PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÃO DA UNIDADE? (Indicar documento comprobatório)

O Plano Anual de Capacitação (Processo SEI nº 08007.005488/2018-41) fixa as diretrizes para as ações de capacitação e desenvolvimento a fim de aprimorar as competências, estimular o conhecimento, promover o aperfeiçoamento e as habilidades técnicas e comportamentais dos servidores do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), e prevê ações relacionadas à linha de desenvolvimento "Legislação orçamentária e financeira".

2. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO TERCEIRIZADO, CONSIDERANDO O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, SE FOR O CASO.

A consequência da formação técnica solicitada visa garantir além da segurança para realização das atividades, a garantia do correto entendimento e aplicação da norma, assegurando eficiência e eficácia à Administração Pública.

Observação: Justificativa apresentada pela área demandante - Documento (10317209).

3. QUANTIDADE DE SERVIÇO A SER CONTRATADA.

A contratação visa a capacitação de 05 (cinco) servidores do Ministério da Justiça e Segurança Pública em curso denominado "Termo de Execução Descentralizada - TED".

4. PREVISÃO DE DATA EM QUE DEVE SER INICIADA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS.

O curso "Termo de Execução Descentralizada - TED" será realizado nos dias 12 e 13 de dezembro de 2019, em Brasília - DF.

5. INDICAÇÃO DO MEMBRO DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO E SE NECESSÁRIO O RESPONSÁVEL PELA FISCALIZAÇÃO.

5.1 Luciana Nicácio Silva, SIAPE: 1771553

5.2 Queila Cândida Ferreira Moraes, SIAPE: 2642029



Documento assinado eletronicamente por **JOSE DE ALBUQUERQUE NOGUEIRA FILHO**, **Coordenador(a)-Geral de Gestão de Pessoas**, em 28/11/2019, às 13:06, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **10347592** e o código CRC **F61DF51D**

O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/aceso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.